



	Presentes	Faltas	
		Justif.	N Justif.
Presidência ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO	P		
Vereadores LEONOR COUTINHO PEREIRA DOS SANTOS	P		
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS	P		
MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL	P		
ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES	P	F	
MIGUEL PINTO LUZ			
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO	P		
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA	P		
ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA	P		
MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO	P		
JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO	P		

Observações: O Sr. Presidente da Câmara retirouse da reunião, às 12:30, não tendo participado na discussão e votação dos pontos 15 e 16.

Hora de Abertura: 9 horas e 35 minutos

1. Actas de reuniões Anteriores:

- Apresentação: { - Acta nº 25/2010, de 22 Novembro;
- Acta nº 26/2010, de 23 Novembro;
- Acta nº 27/2010, de 6 Dezembro
- Aprovação: - Acta nº 24/2010, de 18 Novembro, que foi aprovada por unanimidade.

2. Balancete

Resumo Diário da Tesouraria nº 240 de 17 | 12 | 2010

Operações Orçamentais	€ 8.116.766,14
Operações Não Orçamentais	€ 2.443.358,24

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INÍCIO 9:35

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA perguntou se a Escola António Pereira Coutinho já está a funcionar regularmente depois dos problemas que a afectaram. Verificou que nesta reunião, no ponto 17.3, está agendada uma informação sobre “necessidades educativas, actualização do levantamento da situação das crianças com necessidades de resposta educativa diferenciada no Concelho de Cascais” e perguntava se está garantido o necessário pessoal técnico para acompanhar este processo, dado que os professores se queixam muitas vezes da falta de condições para o acompanhamento das crianças. A CDU continua a constatar que se mantém a situação de sobrelotação do Hospital de Cascais, com doentes acamados em macas e com o serviço de urgências com dificuldade em dar capacidade de resposta às necessidades. Como reiteradamente a CDU tem dito, deveria aproveitar-se as instalações do antigo Hospital Condes de Castro Guimarães para assegurar os tratamentos continuados. Por outro lado, verifica-se a falta de médicos em algumas valências, como é o caso de anestesistas, que antes de acabarem o prazo contratual são despedidos, quando se sabe que há falta de anestesistas no Hospital. Gostaria de saber se foi dada alguma licença à Jodofer para explorar uma pedreira no Parque Natural. A terminar gostaria de sublinhar que se chega ao final de mais um ano com um governo autoritário que cada vez se subjugava mais ao poder económico e aos banqueiros. Há soluções e foram pelo caminho em que os encargos e a má gestão e a incompetência não têm responsabilidade e em contrapartida são pedidos cada vez mais sacrifícios à população. Não há uma ideia estratégica para o País e agora a terminar o ano ainda por cima não aceitam aumentar o ordenado mínimo, quando haviam acordado isso em sede de Concertação Social. Portanto este Governo não é nem pode ser considerado pessoa de bem. Esta política não serve o País e espera e faz votos que o ano de 2011 traga e exista uma esperança de melhores dias para a resolução dos problemas do País.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES referiu que esta época de Natal e de fim de ano serve também como tempo de balanço e reflexão e nesse sentido gostaria de deixar as seguintes notas: Em termos nacionais, a crise financeira e económica que afectou especialmente o mundo ocidental nos últimos três anos, tem exigido a todos os portugueses muitos sacrifícios, mas é altura de voltar a falar de esperança, de devolver aos portugueses confiança no futuro, de acreditar que haverá dias melhores, de acreditar que os sacrifícios de hoje valem a pena para construímos o futuro dos nossos

filhos. Embora 2011 venha a ser um ano muito difícil, com os problemas do desemprego e do défice a exigirem a principal atenção do Governo, a recente aprovação do Orçamento de Estado e as medidas de relançamento do emprego e da competitividade, também já aprovadas, são dois vectores fundamentais para a recuperação da esperança para todos os portugueses. Em Cascais, o Partido Socialista tem feito uma oposição responsável, crítica e construtiva. Deu contributos, deu sugestões, apresentou requerimentos, fez propostas. Em 2011 manterá esta forma de participação democrática. Continuará a defender os valores essenciais do socialismo democrático. Continuará a defender na acção desta Câmara, os princípios do rigor, da solidariedade, da moral e da ética. Continuará a defender a valorização das competências dos trabalhadores do Município. Continuará a defender o apoio inequívoco à política social, abrangendo os trabalhadores do Município. Continuará a defender a redução drástica das empresas municipais, das agências municipais, das comissões, das avenças, dos grupos de trabalho. Continuará a defender a internalização de funções e competências dos serviços da Câmara. Continuará a defender a descentralização para as juntas de freguesia das funções que exijam mais proximidade e vizinhança. Continuará a defender o reforço das respostas às necessidades dos cascalenses, particularmente na área social. Continuará a defender o estabelecimento de condições para a criação de emprego no Município, particularmente para os mais jovens. Continuará a defender o desenvolvimento de um plano de habitação jovem. Em síntese: o Partido Socialista continuará a defender um modelo de desenvolvimento sustentável que aumente a atractividade e a competitividade de Cascais e devolva a esta terra a qualidade e o prestígio que todos os cascalenses ambicionam. Terminava, formulando votos de um bom Natal e de um ano de 2011 cheio de esperança para todos os cascalenses.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA tomou a palavra começando por solicitar à Sr.^a Vereadora Ana Clara Justino que prestasse esclarecimentos acerca das questões suscitadas pelo Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça sobre a Escola António Pereira Coutinho e sobre a matéria que versa no ponto 17.3 da Ordem de Trabalhos desta reunião.

A SR.^a VEREADORA ANA CLARA JUSTINO informou que a Escola António Pereira Coutinho está a funcionar normalmente, na medida do possível, embora o que foi articulado com o Ministério da Educação na altura em que houve uma crise mais grave da ausência de auxiliares de acção educativa, não tenha sido totalmente concretizado. De qualquer dos modos, a Escola está a funcionar regularmente. Sobre as crianças com necessidades educativas especiais, a Câmara Municipal de Cascais tem o levantamento feito desde há três anos, quando as escolas de ensino especial encerraram, e tem vindo a acompanhar os agrupamentos que têm neste momento a

obrigação de também criar um percurso pedagógico para estas crianças. Nesse sentido, foi criada uma rede de salas de primeiro ciclo, que é, até agora, uma rede que abrange as crianças inscritas e o problema está na passagem de ciclo, quando as crianças acompanham o seu grupo etário, o 2º e 3º ciclos têm dificuldade em articular depois esse ensino mais específico. O pioneirismo vem exactamente da Escola António Pereira Coutinho, onde a Câmara Municipal de Cascais instalou uma sala dupla para as actividades funcionais e para o ensino diferenciado, e acrescentou há pouco tempo um centro de recursos, em articulação com a Escola Superior de Alcoitão e isto porque, muitas vezes, as soluções encontradas para estas crianças com necessidades específicas são pessoais e, portanto, têm de ser adaptadas mesmo a elas e a Escola Superior de Alcoitão estabeleceu com a Câmara um protocolo no sentido de fazer isso mesmo e tem a sua base na Escola Pereira Coutinho. Portanto o número de crianças com necessidades educativas especiais está identificado, o que não está ainda totalmente correspondido é essa transição depois para o 2º e 3º ciclos, uma vez que as crianças têm de ficar obrigatoriamente no ensino público até aos 18 anos de idade, altura em que transitam depois para as actividades ocupacionais, passando então para o âmbito da Segurança Social.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA respondendo às restantes questões suscitadas, começou por salientar o facto de a Câmara Municipal de Cascais -e sobre isso as oposições não se pronunciaram- ter obtido um conjunto de distinções muito relevantes no domínio da Cultura, por decisão da Associação Portuguesa de Museologia e que foram entregues em cerimónia que decorreu no Museu do Oriente no passado dia 13 de Dezembro. Assim, ex-aequo com o Centro Nacional de Cultura, teve a honra de receber no palco, juntamente com o Sr. Dr. Guilherme de Oliveira Martins, presidente daquela associação, a distinção "Prémio Instituição" pelo grande investimento que tem feito no Concelho em museus de qualidade e pelo seu importante apoio ao sector. A Sr.ª Vereadora Ana Clara Justino subiu igualmente ao palco para receber a Menção Honrosa do prémio "Melhor Catálogo" e referente ao catálogo da exposição da Colecção António Olmos, que esteve patente no Centro Cultural de Cascais. Por fim, a Sr.ª Presidente do Conselho de Administração da Fundação Paula Rego subiu ao palco para receber uma menção honrosa relacionada com os Serviços Educativos do Museu Paula Rego. Não podia deixar de manifestar o orgulho desta Câmara pelo facto de a política cultural da Câmara ter sido mais uma vez reconhecida publicamente e felicitava a Sr.ª Vereadora Ana Clara Justino e toda a sua equipa por esta distinção. Por outro lado, no passado Sábado, para além de ter visitado as obras das instalações da Associação de Pais dos Deficientes Mentais que estão a decorrer nas suas instalações na Alapraia, esteve presente na sessão comemorativa dos 100 anos da Congregação

das Dominicanas, que desde 1910 acompanham os doentes no Hospital de Santana, num trabalho verdadeiramente notável de desprendimento e de entrega às pessoas fragilizadas que estão naquele Hospital e nesse sentido decidiu propor à Câmara a atribuição da Medalha de Honra do Município como, de resto, tem sido feito à generalidade das instituições centenárias do Concelho. Quanto às questões suscitadas pelo Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça em relação ao Hospital de Cascais, elas são recorrentes, ou seja, já teve oportunidade de lhe explicar por diversas vezes que o edifício do antigo Hospital é propriedade da Segurança Social, que não tenciona atribuir-lhe esse destino e como já escolheu a parceria com a St.ª Casa da Misericórdia de Lisboa para adquirir o antigo edifício da Alcatel, em S. Gabriel, a fim de aí instalar a Unidade de Cuidados Continuados no Concelho de Cascais e aliás com abrangência para outras áreas do Distrito de Lisboa, na sua perspectiva não faz sentido a Câmara estar a exigir que eles venham para o antigo Condes de Castro Guimarães, quando eles já adquiriram aquelas instalações e vão iniciar as obras de adaptação a breve trecho e de resto o projecto está em fase final de apreciação nos serviços municipais de urbanismo. Em relação ao novo Hospital também já referiu várias vezes que embora não seja uma competência municipal, a Câmara Municipal tem acompanhado directamente através da direcção do Hospital o que se lá passa e o que se lá passou já teve oportunidade de explicar numa anterior reunião de Câmara: é que houve um erro de planeamento, em que se partiu de um pressuposto que aquele Hospital iria receber o mesmo número de doentes que o antigo hospital recebia, quando é evidente que o antigo hospital recebia muito menos doentes do que seria normal, tendo em conta a sua precaríssima situação em termos de equipamento e a sua obsolescência enquanto hospital. A partir do momento que se mudou para as novas instalações e que são óptimas, e com o refrescamento do pessoal médico e do pessoal de enfermagem, a procura aumentou. A crise ajudou também a que muitos que antes tinham a possibilidade de ir a unidades particulares de saúde, passassem a frequentar o novo hospital e portanto a procura aumentou. No entanto, pensa que já houve uma resposta eficaz da parte do consórcio, em articulação com a Administração Regional de Saúde, no sentido de alargar o número de camas, cerca de 22, e que a capacidade de resposta está reposta. Mas o que é essencial dizer-se é que, em termos de instalações, em termos de equipamento de tratamento médico e de capacidade de resposta, há uma distância incomensurável, para melhor, entre o que se faz agora e o que se fazia antes por razões óbvias. Por muito extraordinários e dedicados que fossem os médicos e enfermeiros, evidentemente que naquela envolvente era muito difícil eles fazer melhor do que fizeram. Em relação a uma eventual pedreira da Jodofer no Parque Natural, é informado que não há nenhum licenciamento da parte da Câmara, nem tem de haver, já

que é matéria da alçada do Ministério do Ambiente e a Câmara já manteve a posição claríssima perante o Ministério do Ambiente que deseja o encerramento de todas as pedreiras que existam no Concelho de Cascais. Quanto à intervenção do Sr. Vereador Alípio Magalhães, que de uma forma que pessoalmente considera muito construtiva apresenta aqui sinais de esperança, de confiança no futuro e de dias melhores, queria dizer que, infelizmente, não pode partilhar desse optimismo a não ser que se mude completamente de equipa dirigente a nível do País porque com estes não se vai a lado nenhum e portanto a sua expectativa é que, tão depressa quanto possível, a esperança seja retomada, a confiança no futuro seja reassumida e que dias melhores possam vir, mas não com este Governo, porque dele, aquilo que se pode esperar são as trevas! Em relação às medidas que o Governo apresentou, fica com uma sensação estranha em que não sabe se há-de rir se chorar! Já as escalpelizou, já as esmiuçou e chegou ao fim e ficou com uma mão cheia de nada e a outra mão com nada! É um vazio completo, não está quantificado, não se percebe quem é que vai descontar para pagar as indemnizações por despedimento, etc. Ou seja, aquilo não tem conteúdo nenhum, foi tão só um número que o Senhor 1º Ministro fez no Conselho da Europa. Em relação à posição do Partido Socialista, que tem uma postura no plano formal correctíssima, mas no plano substancial deixa muito a desejar, porque neste último plano diz o Sr. Vereador Alípio Magalhães que continua a defender um conjunto de coisas -que listou de forma interminável- e que diz que vai continuar a defender, tem a dizer-lhe o seguinte: Nos últimos oito anos em que esteve presente neste executivo, o Partido Socialista fez rigorosamente o contrário daquilo que o Sr. Vereador Alípio Magalhães acabou agora de dizer que é a política do PS. Da sua parte congratula-se que tenham mudado de opinião e por estarem agora a ter uma posição diferente daquela que assumiram os eleitos antecessores do Partido Socialista, embora o partido seja o mesmo. Agora o que o Sr. Vereador Alípio Magalhães não pode escamotear é que podem dizer o que quiserem sobre o passado, sobre o que esta maioria faz ou que não faz., não podem é esconder o silêncio absolutamente ensurdecador do PS face às últimas ofensivas do Governo, contra o Concelho de Cascais e em que não se vê uma palavra do Partido Socialista a pronunciar-se contra a decisão do Governo de suprimir os investimentos da CP em Cascais, designadamente depois de o Sr. Ministro em Alcântara e a Sr.ª Secretária de Estado, em Cascais, publicamente, terem anunciado esses investimentos da renovação da Linha de Cascais, em duas sessões de propaganda e sem nenhuma explicação prévia à Câmara Municipal de Cascais; soube-se pelos jornais que suspenderam esses investimentos. Não ouviu o Partido Socialista dizer uma única palavra que fosse quanto à atitude sectária do Governo de não ter atribuído um cêntimo que fosse a Cascais no âmbito do PIDDAC quando em todos os municípios vizinhos e

equiparáveis ao Concelho de Cascais, atirou para cima deles com milhões de Euro. Portanto não viu o Partido Socialista dizer uma única palavra sobre a atitude sectária do Governo sobre Cascais de não ter atribuído um único cêntimo ao abrigo do FEF e ao abrigo do Fundo Social Municipal, com argumentos insólitos, dizendo designadamente que não foi só Cascais, mas também Lisboa está na mesma situação. Só não dizem que Lisboa teve 80 ou 90 milhões do PIDDAC e não viu o Partido Socialista dizer uma única palavra sobre as diatribes do Governo a propósito do comportamento que manifesta via Instituto de Turismo, em relação às verbas da Concessão do Jogo do Estoril. Esse silêncio do Partido Socialista vai custar-lhe caríssimo e no seu entender deveriam repensar essa atitude. Têm todo o direito de criticar o executivo, têm toda a legitimidade e até é útil que o façam, para chamar a atenção da maioria para esta ou aquela situação, não é isso que está em causa. Agora, no seu entender, aquilo que devem fazer e aquilo que não têm feito uma única vez que se conheça, é criticar o Governo quando este se porta mal, se comporta de uma forma discricionária, de uma forma sectária contra o Concelho de Cascais. Apesar de tudo o que disse e na medida em que não vai poder estar presente até ao final desta reunião, devido a um compromisso inesperado que lhe surgiu e que é do interesse de Cascais, deixava uma palavra de esperança para que, apesar de todas as vicissitudes, este executivo possa prosseguir o seu caminho, através do Plano de Desenvolvimento que aprovou e das medidas que vai continuar a adoptar, e desejar a todos os eleitos e colaboradores municipais um Santo Natal e um Ano Novo tão bom quanto possível.

O Período de Antes da Ordem do Dia terminou às 9:58

- PONTOS PRÉVIOS:

a)- ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS - SUBSÍDIO À PROGRAMAÇÃO DO CICLO "TRÊS GRANDES NOMES DO PIANO E DO ROMANTISMO: SCHUMANN, CHOPIN E LISZT".

A SR.ª VEREADORA ANA CLARA JUSTINO apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

3. DESPACHOS:

3.1. DESPACHOS.

A Câmara Municipal tornou embocadura

4. DIRECÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL:

4.1. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA:

4.1.1. ATRIBUIÇÃO DE ABONO PARA FALHAS A NOVOS COLABORADORES DA DCID.

Aprovado por unanimidade.

4.1.2. REGULARIZAÇÃO DE VALORES EM CONTAS DE OPERAÇÕES DE TESOURARIA

*Aprovado em 3 abstenções em
Ses. Terceiras do PS.*

4.2. PLANO E ORÇAMENTO:

4.2.1. 16ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2010 – 2013 E 16ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2010.

*Aprovado em 3 abstenções em
Ses. Terceiras do PS.*

4.2.2. CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE € 10.000.000,00.

*Aprovado em 3 abstenções em
Ses. Terceiras do PS.*

4.3. APROVISIONAMENTO:

4.3.1. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS PERTENÇA DO MUNICÍPIO DE CASCAIS POR OCUPAÇÃO (REMOVIDOS DA VIA PÚBLICA) A VIGORAR DURANTE O PRAZO MÁXIMO DE TRÊS ANOS OU ATÉ 2000 VEÍCULOS, QUE SE ENCONTRAM EM DEPÓSITO NO PARQUE MUNICIPAL DE MATERIAIS E VIATURAS DE TRAJOUCE - ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA.

Aprovado por unanimidade

4.4. GESTÃO PATRIMONIAL:

4.4.1. DENÚNCIA DO CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E O GRUPO DESPORTIVO DE DEFICIENTES DO CENTRO MEDICINA DE REABILITAÇÃO DE ALCOITÃO.

Aprovado por unanimidade

4.4.2. REVOGAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE PATRIMÓNIO DA SCMC, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 29 DE JULHO DE 2010: AQUISIÇÃO DE UM PRÉDIO URBANO, SITUADO NA RUA VISCONDE DA LUZ, NºS13 A 13 C EM CASCAIS, FREGUESIA DE CASCAIS, À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS, DESTINADO À INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS.

Aprovado por unanimidade

4.5. CONTROLO FINANCEIRO:

4.5.1. ESPAÇO COMERCIAL MUNICIPAL SITO NA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CASCAIS – S. DOMINGOS DE RANA – REGULARIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO, AUTO DE CEDÊNCIA E DE ACEITAÇÃO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO;

*Aproudo com 4 assentes, sendo 3 dos
Srs. Vereadores do PS e 1 do Sr. Vereador do V.*

4.5.2. EXPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DA PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 93 M2, SITA NOS LIMITES DO LUGAR DA GALIZA, FREGUESIA DO ESTORIL, PERTENCENTE A ANA MARIA DE ALMEIDA FERREIRA CENTEIO E OUTROS, DESTINADA À EXECUÇÃO DO PROJECTO MUNICIPAL DENOMINADO “VIA CIRCULAR NASCENTE S. JOÃO DO ESTORIL – TROÇO ENTRE O BAIRRO SOCIAL DA GALIZA E O NÓ DO ESTORIL (PROJECTO REFORMULADO)”;

Aproudo por unanimidade.

4.5.3. AQUISIÇÃO POR VIA DO DIREITO PRIVADO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO, COM A ÁREA TOTAL DE 476 M2, SITAS EM MANIQUE DE BAIXO, FREGUESIA DE ALCABIDECHE, PERTENCENTES A MARIA MARGARIDA ELIAS GONÇALVES CAVADAS E JOAQUIM JOSÉ ELIAS GONÇALVES, DESTINADAS À EXECUÇÃO DO PROJECTO MUNICIPAL DENOMINADO “CIRCULAR INTERNA DE MANIQUE”;

*Aproudo por unanimidade, com 3 votos
entre dos Srs. Vereadores do PS.*

4.5.4. PEDIDO AO GOVERNO DA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, COM CARÁCTER DE URGÊNCIA, PARA EFEITOS DE EXPROPRIAÇÃO DAS PARCELAS DE TERRENO NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DO PROJECTO MUNICIPAL DENOMINADO "RUA DOS NAVEGADORES EM ATIBÁ" – RECTIFICAÇÃO DA PROPOSTA N.º 1 477/2008 E PROPOSTA N.º 1 129/2009.

Aprovado por unanimidade.

5. PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO:

5.1. AJUSTE DIRECTO PARA AQUISIÇÃO DE LEVANTAMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE CASCAIS (ZONAS III, IV E V) À ARQUITECTA MARIA INÉS EMPIS - € 24.500,00, ACRESCIDO DO IVA.

*Aprovado por maioria, com 3 votos
Contra do Sr. Vereador do PS.*

5.2. AJUSTE DIRECTO PARA AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE CURADORIA DA EXPOSIÇÃO E CATÁLOGO "FALEMOS DE (7) CASAS EM CASCAIS À ARQUITECTA ANA TOSTÕES - € 20.000,00 (ISENTO DE IVA).

Aprovado por unanimidade.

5.3. APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL DA PROPOSTA DE PLANO DE PORMENOR DO ESPAÇO DE ESTABELECIMENTO TERCIÁRIO DO ARNEIRO – CARCAVELOS.

Aprovado por unanimidade.

5.4. APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL DA PROPOSTA DE PLANO DE PORMENOR DO ESPAÇO TERCIÁRIO DE SASSOEIROS NORTE - CARCAVELOS.

Aprovado por unanimidade.

5.5. ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO MUNICIPAL, ALVARÁ PER 1 - QUINTA DOS GAFANHOTOS - CARCAVELOS.

Aprovado por unanimidade.

6. URBANISMO:

6.1. PROCESSO Nº: SPO-2339/2009 (REQTº4944/2010) - NOME: ANA FILIPA SILVA DE CASTRO HENRIQUES - LOCAL: RUA ESCULTOR BARATA FEYO, ALDEIA DE JUZO - FREGUESIA DE CASCAIS - ASSUNTO: ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 824 - LOTE 7D.

*Aprovado por maioria com 3 votos
Contra do Sr. Vereador do PS.*

6.2. PROCESSO Nº: SPO-2253/2009 - NOME: OBRIAREIAS - CONSTRUÇÃO CIVIL E ARQUITECTURA, LDA. - LOCAL: TRAVESSA EMÍDIO NAVARRO - FREGUESIA DE CASCAIS - ASSUNTO: LICENÇA PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO.

*Aprovado por maioria com 3 votos
Contra do Sr. Vereador do PS.*

7. OBRAS MUNICIPAIS:

7.1. "REMODELAÇÃO DA RUA CARVALHO ARAÚJO E ARRUAMENTOS JUNTO À ESTAÇÃO DE S. PEDRO" - OBRA Nº 4.12.10.02 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.

Aprovado em 3 estências do Sr. Vereador do B.

8. JUVENTUDE E CONHECIMENTO:

8.1. PROGRAMA MARÉ VIVA 2011 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO MUNICÍPIO DE CASCAIS – AGÊNCIA CASCAIS ATLÂNTICO – APROVAÇÃO DO PROTOCOLO.

Aprovado por unanimidade, não tendo participado no voto o Sr. Vice-Presidente.

9. GESTÃO DE PESSOAL:

9.1. CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR COM O CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DO PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CASCAIS.

Aprovado por unanimidade

10. MANUTENÇÃO E TRÂNSITO:

10.1. TRANSFERÊNCIA DA TERCEIRA TRANCHE DE VERBAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE PAREDE -€ 36.750,00.

Aprovado por unanimidade.

10.2. TRANSFERÊNCIA DA 4ª TRANCHE DO ANO DE 2010 DE VERBAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ALCABIDECHE REFERENTES AO PROTOCOLO DE ESPAÇO PÚBLICO NO VALOR DE € 29.500,00.

Aprovado por unanimidade.

10.3. TRANSFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA DE VERBA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ALCABIDECHE NO VALOR DE € 24.312,00.

Aprovado por unanimidade.

10.4. TRANSFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA DE VERBA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ESTORIL NO VALOR DE € 103.186,84.

Aprovado por unanimidade.

10.5. TRANSFERÊNCIA DA 3ª TRANCHE DO ANO DE 2010 DE VERBAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA DOS PROTOCOLOS DE TRANSITO E TOPONÍMIA NO VALOR DE € 26.700,00.

Aprovado por unanimidade.

10.6. CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ESUC-EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS, RELATIVO À ADAPTAÇÃO DO PISO 1 E PARTE DO PISO 2 PARA A INSTALAÇÃO DA DIRECÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL E O DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS MECÂNICOS E ELÉCTRICOS, NO VALOR DE € 330.000,00.

Aprovado em 3 etapas do PS.

10.7. CONTRATO-PROGRAMA A CÉLEBRAR COM A ESUC-EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS, RELATIVO À ADAPTAÇÃO DO PISO 1 E PARTE DO PISO 2 PARA A INSTALAÇÃO DA DIRECÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL E O DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA – TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, NO VALOR DE € 280.000,00.

Aprovado em 3 discussões do PS.

11. CULTURA

11.1. PROTOCOLO COM O INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS NO MUSEU DA MUSICA PORTUGUESA.

Aprovado por unanimidade.

11.2. FUNDAÇÃO D. LUIS I - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA EDIÇÃO DO LIVRO RETRATO, "O DESENHO DA PRESENÇA, DE ARTUR RAMOS" - € 4 979,88.

Aprovado por unanimidade.

11.3. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CMC E O IMC (INSTITUTO DE MUSEUS E CONSERVAÇÃO) QUE ESTABELECE O APOIO DO MUSEU DA MÚSICA PORTUGUESA CASA VERDADES DE FARIA À REABERTURA DO MAP (MUSEU DE ARTE POPULAR).

Aprovado por unanimidade.

12. EDUCAÇÃO:

O Sr. Presidente da Câmara não estava presente na sala no momento de votação deste ponto.

12.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASCAIS PARA ENCARGOS EXTRAORDINÁRIOS VALOR DE € 4.175,00.

Aprovado por unanimidade.

12.2. ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO DE APOIO A ALUNOS DOS AGRUPAMENTOS S. JOÃO DO ESTORIL VALOR DE € 1.200,00.

Aprovado por unanimidade.

12.3. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CARCAVELOS PARA ENCARGOS EXTRAORDINÁRIOS VALOR DE € 12.100,00.

Aprovado por unanimidade.

12.4. CONCURSO PÚBLICO - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO Nº DE 3 DE BIRRE - REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA - € 162.187,64.

Aprovado em 3 alterações do Sr. Vereador do PS.

12.5. ACORDO DE COLABORAÇÃO A SER CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LISBOA – CENTRO DE MEDICINA DE REABILITAÇÃO DE ALCOITÃO.

Aprovado por unanimidade.

13. DESPORTO:

NOTA: O Sr. Presidente da Câmara não estava presente na sala no momento da votação deste ponto.

13.1. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL – € 5.000,00.

Aprovado por unanimidade.

14. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-TERRITORIAL:

14.1. APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM ASSOCIAÇÃO JERÓNIMO USERA.

Aprovado por unanimidade.

14.2. PROGRAMA MUNICIPAL PRAIA PARA TODOS – TIRALÔ – TRANSFERÊNCIA DE MATERIAL PARA A AGÊNCIA CASCAIS ATLÂNTICO.

Aprovado por unanimidade.

14.3. ANULAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE: "ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE COMPARTICIPAÇÃO DA CRECHE DO CENTRO COMUNITÁRIO DA PARÓQUIA DA PAREDE", PARA: "REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE COMPARTICIPAÇÃO DA CRECHE DO CENTRO COMUNITÁRIO DA PARÓQUIA DA PAREDE".

Aprovado por unanimidade.

14.4. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À AISI – ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS DE SANTA IRIA – MURCHES PARA REFORÇO NO APOIO NOS ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO – € 140.000,00.

Aprovado por unanimidade.

14.5. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO JERÓNIMO ÚSERA (AJU) PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO RECRIAR – € 8.650,00.

Aprovado por unanimidade.

14.6. CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A EMGHA- GESTÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL DE CASCAIS, E. M., S.A.

*Aprovado com 4 abstenções, sendo 3 dos
Srs. Vereadores do PS e 1 do Sr. Vereador
da CDU.*

15. DIVERSOS:

*NOTA: O Sr. Presidente da Câmara não esteve
presente na sala no momento da
votação deste ponto.*

15.1. CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2011.

A Câmara Municipal tornou embeberada.

15.2. CONTRATO-PROMESSA DE COMPRA E VENDA E ACORDO COMPLEMENTAR A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS – RECTIFICAÇÃO.

Aprovado por unanimidade.

15.3. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 145/2010.

Aprovado por unanimidade.

15.4. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

15.4.1. GONÇALO NUNO TEIXEIRA DUARTE VENÂNCIO – APOIO AO GABINETE DO VICE-PRESIDENTE – 29.400,00 (S/IVA).

*Aprovado por maioria com 3 votos contra
do Sr. Vereador do PS.*

15.4.2. ANDREIA MARTINS CARINHAS – CONSULTORIA NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E DOS PROJECTOS EM CURSO NA REDE DE LOJAS GERAÇÃO C – PROJECTO LOJA DA PAREDE E NA REDE DE LOJAS GERAÇÃO C – ADAPTAÇÃO LOJA DE CASCAIS - € 4.800,00 (ISENTO /IVA).

*Aprovado por maioria com 3 votos contra
do Sr. Vereador do PS e 1 abstenção do Sr.
Vereador da CDU.*

15.4.3. ANA RAQUEL CHAGAS SANTOS - CONSULTORIA PARA ACOMPANHAMENTO DE PROJECTOS DA AGENDA 21 – € 24.300,00 (S/IVA).

*Aprovado por maioria com 3 votos contra
do Sr. Vereador do PS e 1 abstenção do Sr.
Vereador da CDU.*

15.4.4. ALEXANDRA MARIA SENS - CONSULTORIA NO ÂMBITO DAS CONFERÊNCIAS DO ESTORIL € 14.800,00 (S/IVA).

*Aprovado por maioria com 3 votos contra
do Sr. Vereador do PS e 1 abstenção do
Sr. Vereador da CDU.*

15.4.5. RICARDO ANDRÉ MAGALHÃES MORAIS - GEOREFERENCIAÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL - € 14.520,00 (S/IVA).

*Aprovado por maioria com 3 votos contra
do Sr. Vereador do PS e 1 abstenção do
Sr. Vereador da CDU.*

15.4.6. RUI JOSÉ TEIXEIRA VICENTE - REESTRUTURAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO MUNICIPAL - € 18.000,00 (S/IVA).

*Aprovado por maioria com 3 votos contra
do Sr. Vereador do PS e 1 abstenção do Sr.
Vereador do CDU.*

15.4.7. MARTA RODRIGUES DE OLIVEIRA - REPARTIÇÃO DE FINANÇAS DE CASCAIS 2 – CARCAVELOS - € 14.520,00 (S/IVA).

*Aprovado por maioria com 3 votos contra
do Sr. Vereador do PS e 1 abstenção do
Sr. Vereador do CDU.*

15.4.8. MIGUEL OLIVEIRA E SILVA PESSOA DOMINGOS - REPARTIÇÃO DE FINANÇAS DE CASCAIS 1 – CASCAIS - € 14.520,00 (S/IVA).

*Aprovado por maioria com 3 votos
contra do Sr. Vereador do PS e 1 abstenção
do Sr. Vereador do CDU.*

15.4.9. MESTRE MÁRIO JOSÉ BRANDÃO MARTINS E ALVES - SERVIÇOS DE CONSULTADORIA PARA O PROJECTO CHEGAR (PLANO DE TRANSPORTES E ACESSIBILIDADE PARA TRABALHADORES MUNICIPAIS) - € 4.950,00 (S/IVA).

*Aprovado por maioria com 3 votos
contra do Sr. Vereador do PS e 1 abstenção
do Sr. Vereador do CDU.*

16. INFORMAÇÕES:

16.1. COMUNICADOS DE IMPRENSA.

A Câmara Municipal tem um subscritor.

16.2. PROGRAMA CULTURAL DE JANEIRO DE 2011.

A Câmara Municipal transubscreeva.

16.3. NECESSIDADE EDUCATIVA, ACTUALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DAS CRIANÇAS COM NECESSIDADES DE REPOSTA EDUCATIVA DIFERENCIADA NO CONCELHO DE CASCAIS.

A Câmara Municipal transubscreeva.

16.4. RESPONSABILIDADE FINANCEIRA DOS ELEITOS LOCAIS.

A Câmara Municipal transubscreeva.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Início 11:08

1- ANA MARIA DAS NEVES DE MATOS

Moradora na Rua Humberto Delgado, Murches.

Disse ser a terceira vez que vem a reunião pública de Câmara –e espera que seja a última– para resolver um problema de umas cedências ou doação por parte de uma empresa chamada Garrett Properties Inc. em que inclui um ónus de servidão de que pessoalmente é titular, ónus esse que está registado a favor do seu prédio e também averbado ao mesmo prédio. A primeira pergunta que ia fazer é porque isto já se arrasta há sete-oito anos, tem feito várias reclamações, a última foi em Abril deste ano, em que esclarece tudo o que se passou ao longo de todo este tempo, juntando documentação também e até hoje não obteve resposta de ninguém. Outra pergunta era dirigida ao Sr. Vice-Presidente que fez questão de levar uma proposta à reunião de Câmara de 6 de Setembro passado, propondo que a Câmara aceitasse a doação dessa parcela de terreno onde está incluído esse ónus de servidão, esquecendo que existe uma escritura e um registo e portanto fazendo tábua rasa da lei, porque na sua perspectiva o Notariado e as Conservatórias ainda existem e são instituições credíveis no meio do País que está um bocado confuso. Nesse sentido gostava de obter explicações ao Sr. Vice-Presidente sobre isso, porque fez tábua rasa da lei e, quanto a si, aplicou aqui a “lei do compadrio”, alegando que a empresa faz falta no Concelho...

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA interrompeu a intervenção da Sr.^a Ana Maria das Neves de Matos, dizendo que não aceitava esse tipo de linguagem e de insinuações e retirava-lhe a palavra. Portanto ou a Senhora retirava o que disse, e se o fizesse dava a palavra ao Sr. Vice-Presidente para a esclarecer, caso contrário não a deixava prosseguir.

A Sr.^a Ana Maria das Neves de Matos disse que não retirava nada do que disse e vai esclarecer tudo isto noutra sítio.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA tomou a palavra solicitando que posteriormente fosse extraída certidão desta intervenção da Sr.^a Ana Maria das Neves de Matos, para fazer uma participação desta senhora, porque a sua honorabilidade é o maior património que tem e como é um cidadão e tem filhos, não é a Senhora Ana Maria das Neves de Matos que vai colocar em causa essa honorabilidade. Para não ficar nenhuma dúvida sobre esta situação, até porque já foi questionado pelo jornal Correio da Manhã na Sexta-feira passada sobre esta matéria, não vai dizer quem é que colocou ou tentou colocar a notícia no Correio da Manhã, mas para a jornalista daquele jornal tratar-se-ia de facto de um tipo sem princípios, sem nenhuns valores, e porventura até teria agido em actos de corrupção. Por isso o que queria esclarecer é isto: esta Senhora que acabou de falar era proprietária de um terreno que o vendeu à Garrett Properties, Inc., terreno esse que tinha um ónus de passagem. *(a Senhora*

Aná Maria das Neves de Matos abandonou a sala neste momento, eram onze horas e doze minutos). A Garrett Properties, quando na tentativa de continuar a manter no Concelho de Cascais a Alcatel com os seus centros de investigação em Cascais, apresentou um projecto para poder instalar a Alcatel num outro terreno perto das suas actuais instalações e que se estava a preparar para abandonar por via da alienação que estava a fazer da sua propriedade. Esclarecia, para se perceber melhor, que esse terreno localiza-se em frente às actuais instalações da Alcatel, onde se encontram as instalações da Logoplast. Nesse sentido, o processo de licenciamento da Garrett Properties Inc. implicava pela lei normal que tinha de fazer cedências por via do licenciamento da construção das novas instalações para a Alcatel e que garantem a sua continuidade no Concelho de Cascais. Ora decorre do licenciamento urbanístico que tinha de dar 50% para espaços verdes e 50% para equipamento, como é normal nestes casos. E a Alcatel veio propor à Câmara ceder este terreno que tinha adquirido a esta senhora. Os serviços municipais analisaram o assunto e por via de existir o tal ónus de passagem, a Câmara não podia aceitar nessa cedência um terreno que tinha um ónus sobre ele. Nesse sentido a Alcatel propôs-se entregar outros terrenos que possui nesta zona e inclusivamente fazer compensações por via de não ter atingido essa totalidade das cedências. Ou seja, a lei foi cumprida quer pelas compensações, quer pela substituição das mesmas em espécie e ainda assim, porque tem que ser feita lá uma estrada, ou seja tem de ser cumprido o ónus de passagem que está criado, a Alcatel veio doar o terreno à Câmara Municipal de Cascais que tinha adquirido a esta Senhora, e fê-lo porque para fazer a cedência nos termos da lei, esta Senhora que de desobrigar esse ónus de passagem e para se desobrigar desse ónus de passagem ela pediu uma verba à Alcatel que esta não aceitou pagar. Ou seja, para além de ter vendido o terreno, queria ganhar agora também na desobrigação do ónus de passagem, ónus esse que não interessa a ninguém que seja retirado. Portanto, foi por via disso que foi feita a operação de doação. Naturalmente que a Câmara Municipal de Cascais não tem de fomentar, nem pessoalmente nunca estará nas funções que exerce a fomentar qualquer movimento especulativo que vá contra o interesse público. E o interesse público, neste caso, estava -e está- em a Câmara continuar a garantir que a primeira empresa tecnológica a instalar-se no País (no momento em que se fala tanto de captar para o País empresas de tecnologia, que foi a antiga Standard Eléctrica e que depois deu origem à Alcatel e agora à Alcatel-Lucent) ficasse no Concelho de Cascais com os seus cinco centros de investigação que essa empresa tem em Cascais, e com um conjunto apreciável de pessoas que ali trabalham e com isto se ter cumprido escrupulosamente a lei. Não aceita que nas suas decisões esteja a favorecer nenhum particular, seja empresa, seja uma pessoa singular, de valores especulativos sobre propriedades. Ainda para mais neste caso a própria Garrett Properties, Inc., acabou por ter de fazer não só as cedências a que era obrigada por lei, como acabou por fazer a doação do terreno que lhe podia ter servido para ser dado como cedência

ao abrigo da lei. Por isso, por aquilo que esta Senhora disse nesta reunião e por aquilo que disse ao jornal Correio da Manhã e à restante comunicação social, irá participar dela.

O SR. VEREADOR ALEXANDRE FARIA disse ter a ideia que a questão que foi suscitada por esta municipalidade se referirá a uma proposta que foi votada em ponto prévio numa reunião de Câmara anterior, em que por acaso o Senhor Presidente até estaria ausente, e na altura o assunto foi apresentado pelo Sr. Vice-Presidente, os Vereadores do Partido Socialista tiveram ocasião de colocar algumas questões sobre a matéria, que foram respondidas, e julgava que teria ficado tudo devidamente esclarecido. Independentemente do tom utilizado por esta municipalidade e que todos naturalmente repudiam e independentemente também das suspeições que aqui se levantaram, e não é assim que estas coisas se devem tratar, gostava de solicitar que fosse facultada à Vereação a consulta deste processo, para terem uma noção do que é que tudo isto envolveu, porque mesmo quando o assunto veio a reunião de Câmara como ponto prévio, não houve oportunidade de analisar o processo com a devida cautela. Tem a certeza absoluta, pelo menos com os dados que foram presentes na altura, que esta Câmara tomou a decisão correcta, mas não custa nada dar uma vista de olhos no processo. Não lhe parece que esta Câmara tenha praticado alguma ilegalidade, mas de qualquer modo gostava de solicitar o acesso ao processo.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA informou que o Sr. Vereador poderá, quando quiser, aceder ao processo no Departamento de Gestão Urbanística.

2- MARIA JÚLIA DAS NEVES LUCAS

Não compareceu.

3- ARTUR BAIÃO (Advogado de Henrique Sérgio)

Morador na Rua Iracy Doyle.

O seu cliente possui um terreno no Carrascal de Alvide e que está encravado entre outros lotes pelo que, nos termos da lei, tem direito de passagem para acesso ao seu prédio. Este assunto deu origem a litígio judicial e ficou acordado em Tribunal que a Câmara iria resolver esta situação e nesse sentido recebeu até ofício da Câmara em que esta diz que no prazo de seis meses seria feita a construção desse acesso. Só que, até agora, essa obra não foi feita.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA informou que existe de facto um atraso na concretização dessa obra e havia o seu compromisso de no prazo de 6 meses a fazer, o que não aconteceu, mas que se deveu ao facto de entretanto terem surgido várias situações também urgentes para resolver e não passa pela cabeça de ninguém desrespeitar uma decisão do Tribunal. De qualquer modo, estão em fase final os projectos de execução da via e estima-se o começo das obras até ao início do mês de Março do próximo ano. Mas se

porventura houver alguma situação que dê origem a novo atraso, não deixará de entrar em contacto com os interessados para justificar esse atraso.

O Sr. Artur Baião esclareceu que os seus clientes não pretendem litigar, mas sim que esta situação se resolva, até porque têm o terreno expectante e gostariam de resolver o assunto para depois poderem vender o terreno.

O Período de Intervenção do Público terminou às 11:24.

As 12 horas e 47 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião.

Eu,  a subscrevi.

O Presidente

ANTÓNIO D' OREY CAPUCHO



Os Vereadores

LEONOR COUTINHO PEREIRA DOS SANTOS



CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS



MARIANA RIBEIRO S.R.F. COSTA CABRAL



ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES



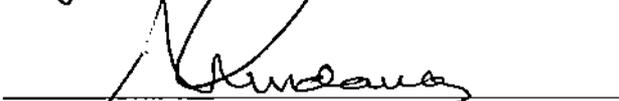
MIGUEL PINTO LUZ



ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO



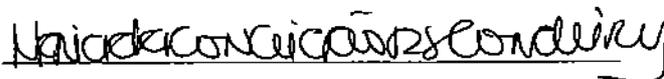
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA



ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA



MARIA DA CONCEIÇÃO R, DE SALEMA CORDEIRO



JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO

